

## *As Primeiras Traduções Ocidentais de Textos Indianos na Língua Portuguesa*

José Carlos Calazans

### **Resumo:**

Os missionários portugueses foram os primeiros ocidentais a montarem uma rede de escolas na Índia, onde se ensinou o Grego clássico, o Latim e o Português. Tendo em vista a evangelização, tornou-se importante a tradução de textos das línguas clássicas ocidentais para as vernáculas da região do Malabar. Neste sentido aprenderam as línguas vulgares como as clássicas nas quais os textos sagrados da Índia estavam escritos. O objectivo era conhecerem as fontes teológicas do hinduísmo para melhor refutarem e evangelizarem. Com este procedimento iniciaram as primeiras traduções de textos clássicos do hinduísmo para uma língua ocidental, o Português. Os missionários portugueses de setecentos foram os primeiros ocidentais a iniciarem traduções sistemáticas das línguas orientais vernaculares e clássicas, muito antes dos ingleses, dos alemães e dos franceses as terem feito.

### **Abstract:**

The Portuguese missionaries were the first westerners to create a net of schools in India, where classic Greek, Latin and Portuguese were taught. In view to evangelise, the translation of western classic texts in to local language of Malabar became important. In this sense they learned the popular languages as well the classic in which the sacred texts of India were written. The aim was to know the theological sources of Hinduism to better refute and to evangelise. With this procedure they initiated the first classic texts translations of Hinduism in to a western language: Portuguese. The Portuguese missionaries from 16th till 18th centuries had been the first westerners beginning with systematic translations of

eastern and classic languages much before the English, the Germans and French have done.

**Palavras-chave:**

Primeiras traduções ocidentais, traduções, línguas orientais, textos indianos, missionários, manuscritos indianos

**Keywords:**

First western translations, translations, Eastern languages, Indian texts, missionaries, Indian manuscripts

A Expansão e os Descobrimentos portugueses alargaram os horizontes de uma Europa fechada ao mundo, voltada para o Mediterrâneo e centralizada numa identidade religiosa latina; uma Europa que do mundo conhecido dado pelo império romano, herdou apenas as vias de comunicação (em território europeu), o sistema administrativo, as traduções latinas de textos clássicos gregos e textos originais produzidos pelo intelecto da Roma Imperial. A África e a Ásia, que os Gregos e os Latinos tinham já conhecido e integrado parcialmente nos seus impérios, e com as quais comerciaram regularmente produtos exóticos, ficaram estabelecidos como territórios fora da cristandade. E fora ficaram os continentes que da geografia conhecida de Roma apenas se evocavam nos limites cartográficos de Ptolomeu.

Esta “clausura” a que a Europa se impôs, mudou a forma de ver o mundo que outrora se conhecia. O cristianismo, ao ter sintetizado o espírito do Império Romano do Ocidente, aumentou-o para além da própria gnose cristã, e deu-lhe um caminho de interiorização espiritual que moldou o carácter da própria Europa durante séculos, reconfigurando-a de um universo aberto e imperial a um eurocentrismo primeiramente religioso, depois colonial e finalmente económico e político.

O que se conheceu do Oriente na Europa medieval confundiu-se, por vezes, com uma imensa Tartárea, onde o imaginário se estendeu à medida da fé e do comércio. Porém, desfeito o império romano, fechados os caminhos e as estradas da intercontinentalidade, pelo menos uma grande via permaneceu ligando a Europa a essa Tartárea do maravilhoso e do fantástico: a Rota da Seda. Por ela fluíram as viagens de monges, peregrinos e comerciantes, dos quais o “Livro de Marco Pólo” (1272) parece ter sido o mais conhecido. Entretanto, e na dúvida quanto à verdadeira autoria e integridade do seu roteiro, outros itinerários surgiram e estes sim, de carácter mais profundo, mais atento, e claramente mais

verídicos; lembremos as viagens de Jean du Plan Carpin (1245-1247), de Guillaume de Rubrouck (1253-1255), de Odoric da Pordenone (1318-1330), de Pascal de Vitoria (1338), de Jean de Marignolli (1342-1353), de Francesco Pegnolitti (c. 1340), de Ruy Gonzáles de Clavijo (1404) e de Johan Schiltberger (1396-1429).

Na literatura de viagens, se exceptuarmos os roteiros da Pérsia (**Frei Tomé Pires**), Etiópia (**P.º Francisco Álvares**), Índia/Tibete (António Tenreiro e António de Andrade), Ásia/China (António de Gouveia e **Frei Gaspar da Cruz**) e Japão (**P.º António de Andrade**), realizados por religiosos portugueses (franciscanos, dominicanos e jesuítas) e espiões (ao serviço do rei de Portugal), e os roteiros que foram escritos posteriormente entre os séculos XVI-XIX por vários autores europeus, sobressaem *cartas* e *compêndios* produzidos pela missão portuguesa do Oriente<sup>1</sup>. Esta produção criteriosa insere-se numa exegese religiosa de perfil literário totalmente diferente e de um buril pré-científico, onde à preocupação de evangelizar se juntou a necessidade de conhecer as religiões dos outros para melhor catequizar. Das simples cartas de notícia para o reino, onde se observa uma preocupação mais detalhada do que a simples informação, passou-se à forma dos *compêndios* e das *súmulas*, onde a interpretação de textos religiosos é recorrente, passando-se à tradução quase livre de obras literárias e religiosas da gentilidade.

Porque a cúria vaticana compelia as ordens missionárias no Oriente a enviarem relatórios sobre as suas actividades e sobre o status da conversão, e porque era necessário conhecer a extensão do mundo não cristão, desta tão vasta necessidade surgiu um novo tipo de produção literária que transbordou a forma epistolar. E foram os missionários portugueses, antes de quaisquer outros, que se adiantaram na aprendizagem das línguas locais vernaculares, assim como na tradução e interpretação dos livros sagrados. Das línguas índicas (do ramo indo-iraniano) os missionários portugueses estudaram o concani (da região do Concão/Goa), do qual o P.º Lourenço Peres fez a primeira gramática no último quartel do século XVI, e o bengali, em que Fr. Manuel da Assumpção compôs o *Compendio dos Mistérios da Fee*, livro com argumentos e discussão em forma de diálogo entre um católico e um brahmane, e onde se pretendia mostrar *na lingua bengalla a falsidade da seita dos gentios, e verdade infallivel da*

---

<sup>1</sup> Cf. António da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia 1499-1522, vols. I-XII, Fundação Oriente, Lisboa, 1991-2000.*

*nossa Sancta Fé Catholica, em que só ha o caminho da Salvação e o conhecimento da verdadeira Ley de Deos*; das línguas dravídicas o malaylam, que o P.<sup>e</sup> Henrique Henriques, *o mais dotado de todos os jesuítas*, verteu em primeira gramática no ano de 1548.

Mas foi no vasto Malabar que a Companhia de Jesus produziu o maior número de gramáticas e de dicionários das línguas locais. Na primeira fase da missão necessitaram de intérpretes, socorrendo-se dos primeiros convertidos e dos jovens que começavam a frequentar as escolas e os colégios, na segunda introduzindo nos seminários a aprendizagem das línguas locais para os religiosos que chegavam pela primeira vez à Índia. Da preocupação de espalhar a Doutrina Cristã, emergiu assim um fenómeno linguístico que abriu os caminhos para os estudos comparados das religiões e das línguas orientais, muito antes de Sir William Jones (1746-1794) ter detectado as semelhanças entre o sânscrito, o grego clássico e o latim; ainda que as primeiras gramáticas e compêndios fossem manuscritos e copiados em número suficiente para suprir as necessidades da missão só mais tarde, no século XVII, é que estas obras se espalharam pelo Malabar e começaram a ser imprimidas.

A par com estas obras pedagógicas e catequéticas, começaram a surgir tentativas de tradução de textos clássicos do hinduísmo, com o intuito de melhor compreender a religião nativa para melhor a refutar, quer durante os sermões quer em confronto com os sacerdotes brahmanes. Sem dúvida que o Colégio de S. Paulo de Goa foi o grande centro de aprendizagem das línguas do Malabar e principalmente do Concani, colégio onde ingressaram alunos de todas as partes da Ásia e até da África oriental. Foi aqui que a língua portuguesa, a latina e a grega foram ensinadas aos nativos e onde os religiosos aprenderam as línguas vernaculares nas quais deveriam pregar a doutrina de Cristo. Desta forma, quer oralmente quer na escrita, a língua de Camões, o concani e o malaylam foram ensinados e tornaram-se instrumentos de diálogo entre culturas diferentes.

Deste laboratório cultural e linguístico dos séculos XVI-XVII destacamos três manuscritos portugueses que merecem a nossa atenção †actualmente na Biblioteca Pública Eborense, com as cotas *Cod. CXVI/1 – 17*, *Cod. CXVI/1-27; 20 fols. 4<sup>o</sup>* e *Cod. CXVII/I* respectivamente e que a Área de Estudos em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona se empenhou em transliterar, comentar e publicar este ano de 2008. O primeiro é a *Noticia Sumaria do Gentilismo da Azia*, onde se descrevem as oito reencarnações de Visṣṇu,

incluindo 11 desenhos coloridos e em perfeito estado de conservação; obra anónima feita no início do século XVII e copiado depois da saída de Goa dos padres da Companhia em 1759, segue de perto em língua portuguesa o clássico hindu *Bhgavatam*, geralmente conhecido por *Bhgavata Purn&ôda*, depreendendo-se que o autor desta tradução teve o original sânscrito por perto sob um olhar atento e treinado. É de notar ainda nesta *Noticia Sumaria* o singular facto do tradutor jesuíta não ter feito nenhum comentário pejorativo ou crítico ao longo de toda a obra, tendo deixado o conteúdo religioso intacto; no capítulo 1º consegue-se vislumbrar até, um certo respeito e equidade quando o tradutor descreve a divindade revelada pelos hindus, provavelmente revendo-se nela através de um patente monoteísmo:

Hum só Deos verdadeiro, e Eterno denomina o Gentilismo por dous Nomes a saber Ananta (omnipotente), e Adi Puruxa (Eterno Homem) hé prefeito dos mais prefeitos, a sua fermozura naõ vem a comprehençaõ humana; creou a sua imagem e semelhança os homens; adora lhe o Gentilismo por milhares dos nomes, e a primeira oraçaõ, hé a que se segue em próprias palavras da Língua Sauanscruta, que entre os gentios hé a como Latim.

O segundo manuscrito é a *Tradução em summa do Livro, que os Gentios chamão Bagavata Guita*, porventura a primeira tradução ocidental do livro mais famoso da épica hindu e o mais referenciado como exemplo de conduta moral e da filosofia. Numa tradução que tenta seguir o original verso a verso, o anónimo jesuíta respeitou mais uma vez a integridade do texto, mantendo os 18 capítulos que compõem a versão sânscrita. É notável a intenção com que tentou honrar o original, seguindo passo a passo todo o enredo do conto, e julgando nós que devam ter existido versões Malaylas da Bagavad-Gu+t, a forma como o desconhecido jesuíta traduziu leva-nos a crer que ele fez uso da versão sânscrita.

O terceiro e último manuscrito é o *Compendio dos Misterios da Fee, ordenado em Lingua Bengalla*, composto originalmente em língua Bengali por um convertido natural de nome D. António<sup>2</sup>, e mais tarde traduzido para Português por Fr. Manuel da Assumpção da Ordem de Santo Agostinho. Esta última obra é, provavelmente, a mais completa do género, feita *para os Missionários poderem disputar na dita lingua com os bramenes e gentios*. Dado o contexto histórico e político da altura, quando a região do Bengala se encontrava já sob a administração mughal, e posto que “disputar” assuntos de religião e de fé com

muçulmanos seria difícil ou totalmente impossível, os hindus prefiguravam-se como o grupo social mais receptivo ao diálogo e à “disputa”, já que igualmente eles eram coagidos a restringirem o seu credo e os seus ídolos.

Dado o rigor linguístico e pedagógico com que os missionários portugueses trabalharam na Índia, e posto que o Colégio de S. Paulo de Goa era a melhor escola de aprendizagem para as línguas vernáculas, como para as línguas portuguesa, grega clássica e latina, não podemos recusar a ideia de que aos eruditos do classicismo e da linguística clássica, tivesse passado despercebido o facto patente e claro da proximidade do Sânscrito com o Grego clássico. Nenhum falante e especialista das línguas clássicas seria indiferente às semelhanças etimológicas, como à composição sintáctica, morfológica e às classes de verbos que o sânscrito tem com as ocidentais. Estranho é continuar-se a afirmar que foi Sir William Jones (1746-1794) o primeiro a ter detectado as semelhanças entre o Sânscrito e o Grego clássico, quando já meio século antes (pelos menos) os missionários portugueses traduziam do malaylam e do sânscrito para o português de setecentos.

---

<sup>2</sup> Parece ser unânime atribuir-se a este D. António a filiação ao “Raja de Busná” (a cidade *Bhksn* no distrito de Jashahor, hoje parte do Bangladesh). Afirmção é um tanto confusa pois todas as cidades do Bengala passaram a estar sujeitas à administração mughal desde Akbar (1542-1605), continuando com Salim Jahangir (1605-1627), Shah Jahan (1628-1658) e Aurangzeb (1658-1707). É portanto pouco crível que existissem reinos hindus no Bengala a partir do reinado de Akbar. Acresce ainda o facto de logo após a subida ao trono Shah Jahan ter ordenado a Nawb K(òsim Khan a expulsão dos portugueses do Bengala, e em 1649 Ibrh+m Khn Fateh’ò Jang ter assumido o vice-reinado do Bengala e de Orissa. Ora, os primeiros missionários portugueses chegaram em 1599 às terras do Bengala (Fr. Francisco Fernandes, Domingos Sousa e Melchior Fonseca), e a primeira igreja levantada a 1 de Janeiro de 1600, e só depois desta data é que o *Compendio dos Misterios da Fee* foi escrito. Para que D. António tivesse sido filho de um Raja da cidade de Bhksn teria de ser antes do reinado de Akbar, que é pouco provável, ou então ser um descendente directo. Mas seja qual tenha sido a origem da filiação de D. António, certo é que a missionação teve mais êxito junto dos hindus do que entre os muçulmanos.